

EDITORIAL

Novas formas de tecnologia e trabalho e uma maior igualdade para as mulheres em sua vida profissional

PROFA. DRA. ISABELLA FRANCISCA FREITAS GOUVEIA DE VASCONCELOS¹
PROF. DR. HÉLIO ARTHUR REIS IRIGARAY¹

¹ FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS / ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL

Muitos autores, entre eles, Schwab (2017), em seu livro *The fourth industrial revolution*, e Rush, Bessant, Hobday et al. (2014), em *The evolution and use of a policy and research tool: assessing the technological capabilities of firms*, mostram que estamos vivenciando a 4a. Revolução Industrial, que mudará a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos. A confluência de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, a robótica, a internet das coisas, os veículos elétricos e autônomos, a impressão 3D, a nanotecnologia, biotecnologia, ciência dos materiais e a computação quântica, entre outros, trarão modificações na sociedade e também nas formas de trabalho e pesquisa.

Com isso, novos assuntos de pesquisa têm surgido, tais como as *startups*, o ecossistema nacional de inovação brasileiro e o financiamento e aconselhamento de *startups* por fundos de *venture capital*, reunindo corporações como Microsoft, Apple, Alphabet, Facebook, IBM, entre outras.

Também são temas atuais pesquisas sobre o ensino à distância e novas formas de tecnologia utilizadas em sala de aula para pesquisa e ensino de administração e a utilização de novos *softwares* e da inteligência artificial em pesquisa, na área de Administração, bem como das redes sociais.

Neste número do Cadernos EBAPE.BR, dois artigos utilizaram como instrumento de coleta de dados *softwares* inteligentes e redes sociais. Lançamos há pouco uma chamada de trabalhos no Cadernos EBAPE.BR, coordenada pelos professores Paulo Figueiredo (FGV EBAPE), Roberto Bernardes (FEI-SP) e Felipe Borini (USP), sobre estes temas, cujo número especial será publicado em breve.

Juntamente com o estudo da sociedade informacional (Manuel Castells, *A Sociedade em Rede*), da sociedade pós-industrial (Domenico de Masi) ou, ainda, da chamada sociedade pós-moderna por outros autores, afirmam-se o valor diversidade e o respeito entre todas as minorias, da perspectiva de que todos, antes de tudo, são seres humanos e cidadãos.

Inúmeros são os trabalhos que tratam de diversas minorias e da importância da diversidade. Entre estas minorias estão as mulheres.

Nesta edição, publicamos dois trabalhos que tratam da situação das mulheres: um dos trabalhos aborda gênero e políticas públicas, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e seus efeitos no que tange à pesquisa. O segundo, como artigo convidado, trata de preconceitos contra as mulheres no ambiente de trabalho, em uma análise crítica. Mulheres com filhos, que se dividem entre a educação destes e trabalho intenso, em uma dupla jornada, muitas vezes sofrem preconceitos em relação à promoção e ao exercício de cargos de liderança no trabalho, independente de seu mérito e de sua capacidade de realização profissional e contribuição. As mulheres que almejam cargos de alta liderança precisarão renunciar ao ideal de constituir família, tendo em vista preconceitos existentes? Qual é o conceito de justiça social envolvido nesta questão? Como elaborar políticas sociais esclarecidas para acabar com preconceitos? Quais os principais desafios para as mulheres em posição de liderança? Como obter maior igualdade no trabalho?

Estes são alguns dos temas que trataremos neste número. Desejamos a todos uma excelente leitura!

PROFA. DRA. ISABELLA F. FREITAS GOUVEIA DE VASCONCELOS

PROF. DR. HÉLIO ARTHUR REIS IRIGARAY

REFERÊNCIAS

AVENA, B. **Inovações Radicais e Organizações**: Um estudo sobre o sistema de incentivos à startups através de corporate venture capital, Rio de Janeiro, TCC, FGV EBAPE, 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DE MASI, D. **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: Senac, 1999.

RUSH, H. et al. The evolution and use of a policy and research tool: Assessing the technological capabilities of firms. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 26, n. 3, p. 353-365, 2014.

SCHWAB, K. **The fourth industrial revolution**. New York: Crown Business, 2017.

O artigo convidado, **Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais**, de Lygia Gonçalves Costa Hryniewicz e Maria Amorim Vianna, mostra que a representatividade da mulher em altos cargos vem aumentando ao longo dos anos, mas as dificuldades persistem. O objetivo do artigo é identificar os obstáculos que se apresentam ao longo da carreira da mulher brasileira e entender como ela se reconhece na posição de líder, quais são seus principais desafios e como ela pode superá-los para atingir a igualdade – não apenas no trabalho, mas também no lar. Trata-se de uma pesquisa de campo. Foram selecionadas, por meio de rede social própria, 15 mulheres que atuavam, entre 2014 e 2016, como líderes em organizações públicas e privadas no Rio de Janeiro. Os resultados mostraram que essas mulheres tinham uma noção mais andrógena de liderança do que a sugerida pela literatura e que elas se viam como merecedoras desse papel, apesar de sofrerem vários tipos de preconceito em suas trajetórias.

O artigo 1, **A qualidade da evidenciação da informação financeira gerencial como uma barreira para o desenvolvimento de projetos do mecanismo de desenvolvimento limpo**, de André Luiz Bufoni, Aracéli Cristina de Sousa Ferreira e Luciano Basto Oliveira, observa que trabalhos recentes revelam uma barreira severa aos projetos de redução de emissão de gases de efeito estufa em países em desenvolvimento: a atratividade financeira; e que, devido ao colapso dos preços do mercado de carbono desde 2013, a importância do orçamento e previsão de projetos aumentou, sendo este o objeto de estudos deste trabalho, que analisa criticamente os obstáculos aos projetos deste tipo e seus efeitos.

O artigo 2, **A natureza volitiva da motivação e a criatividade cultural: uma investigação antropológica**, de Carmen Pires Migueles e Marco Tulio Fundão Zanini, apresenta um exame da natureza voluntária e não racional da motivação e seu impacto na produção simbólica no trabalho. Com base em uma etnografia de longo prazo em uma força policial especial no Brasil, os autores argumentam que a estabilidade institucional e os quadros simbólicos de referência têm sido largamente aceitos em estudos de motivação, deixando de lado o papel da demanda estética na produção de elaboração simbólica ativa no trabalho, o que revela uma mudança fundamental de paradigma.

O artigo 3, **Comportamento de cidadania organizacional: versão brasileira da escala Comportamentos de Cidadania Organizacional para Trabalhadores do Conhecimento**, de Taís de Andrade, Vania de Fátima Barros Estivalet e Vivian Flores Costa, apresenta um estudo que consiste na tradução, adaptação transcultural e validação da escala “Comportamentos de Cidadania Organizacional para Trabalhadores do Conhecimento”, desenvolvida por Dekas (2010) e Dekas, Bauer, Welle et al. (2013) para o português do Brasil. Os resultados indicam que esta escala apresenta validade e índices de confiabilidade adequados, podendo ser utilizada em futuros estudos de Administração e de áreas afins, o que ampliaria a produção de conhecimento científico sobre o tema.

O artigo 4, **Isomorfismo e variação da gestão escolar na rede pública brasileira de Ensino Fundamental**, de Ângela França Versiani, Plínio Rafael Reis Monteiro e Sérgio Fernando Loureiro de Rezende, traz a discussão sobre a homogeneidade e a variação da gestão nas escolas da rede pública brasileira de Ensino Fundamental. Sua elaboração teórica respalda-se no debate contemporâneo da perspectiva institucional que questiona a homogeneidade dos campos organizacionais. Uma das lacunas de pesquisa consiste em revelar como as formas estruturais de determinado campo organizacional são isomórficas e quais são suas consequências sociais. Diante desse quadro, levantam-se duas proposições. A primeira, relacionada ao isomorfismo, aponta que há um modelo de gestão educacional disseminado nas redes públicas de ensino. A segunda admite variações desse modelo associadas ao desempenho das escolas. Na metodologia, os autores efetuaram um *survey* com 551 professores da rede municipal de ensino da cidade de Belo Horizonte.

O artigo 5, **Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro**, de Camila Furlan da Costa e Sueli Goulart, tem por objetivo apresentar o exercício de compreensão da economia política do ensino superior por meio da contextualização e descrição dos principais programas governamentais desenvolvidos nos governos Lula e Dilma. O artigo define e utiliza a categoria *capitalismo acadêmico* para um exercício inicial de análise das reformas neoliberais no ensino superior brasileiro.

O artigo 6, **O Sistema de camadas de aculturação institucional em Immanuel Kant aplicado ao Ensino Superior em Administração**, de Francisco Cristino de França Júnior e Mônica Mota Tassigny, traz uma avaliação de conceitos de Immanuel Kant (1724-1804) com o objetivo de construir um instrumental teórico capaz de indicar diretrizes para o planejamento das práticas de Ensino Superior em cursos de Administração. O estudo descreve os conceitos básicos sobre conhecimento, razão e juízos, apresentando modelo ilustrativo no qual se evidenciam alguns esclarecimentos e interpretações proíficas à revisão e montagem de cursos de Administração.

O artigo 7, **Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015)**, de Marta Ferreira Santos Farah, Ana Paula Rodrigues Diniz, Mariana Mazzini Marcondes, Laís Menegon Youssef e Maria Camila Florêncio da Silva, mostra que políticas públicas com recorte de gênero, iniciadas no Brasil na década de 1980, ganharam maior centralidade com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) pelo Governo Federal em 2003. Isso não significa, contudo, que exista uma agenda de pesquisa consolidada sobre gênero e política pública no país. O objetivo deste estudo foi entender como essas temáticas têm sido incorporadas, de modo articulado, por pesquisas acadêmicas no Brasil. Para tanto, foram analisados 349 artigos científicos disponíveis nos sistemas de indexação SciELO e SPELL entre 1983 e 2015.

O artigo 8, **Processo político das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas**, de Lia de Azevedo Almeida e Ricardo Corrêa Gomes, contribui com o entendimento do processo político tendo por base a sistematização de seus principais construtos, apresentando reflexões teóricas e apontamentos para uma agenda de pesquisa. Optou-se pela revisão bibliográfica de três modelos teóricos conhecidos na literatura, *múltiplos fluxos*, *coalizões de advocacia* e *equilíbrio pontuado*, que vêm sendo cada vez mais aplicados nas pesquisas nacionais. Em comum, tais modelos teóricos consideram que o processo político é resultado da interação de diversas variáveis, como instituições, atores, ideias e crenças, assumindo que a política pública seria resultado dessas interações ao longo do tempo. Buscou-se investigar como esses modelos teóricos compreendem os construtos *mudança versus estabilidade* e *capacidade de influência dos atores*.

O artigo 9, **Processos urbanos e gestão local: os casos de Ribeirão Preto e Piracicaba entre o empresariamento urbano e o Estatuto da Cidade**, de Eliana Tadeu Terci, resulta de estudo comparativo de processos urbanos no interior paulista a partir da vigência do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001, marco regulatório dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988). Consideram-se variáveis principais: i) os impactos urbanos da reestruturação produtiva da agroindústria canavieira; e ii) as ações dos grupos privados e do poder público municipal na configuração urbana e na gestão da cidade. Por meio da análise dos dados demográficos, socioeconômicos e do gasto público, constatou-se que o empresariamento urbano tem sido a marca das gestões municipais, à revelia dos parâmetros estabelecidos pelo Estatuto da Cidade e da regulamentação estabelecida pelos planos diretores, que têm sido sistematicamente modificados para atender aos imperativos econômicos e à expansão imobiliária.

O artigo 10, **O conceito de coprodução de serviços: proposta de aplicação no Judiciário brasileiro**, de Adalmir Oliveira Gomes e Walter José Faiad de Moura, apresenta uma discussão sobre os serviços judiciários com base no conceito de coprodução, nos modelos de gestão e nos mecanismos de participação de usuários e prestadores de serviços. O objetivo do artigo é incentivar a coprodução dos serviços judiciários no Brasil. A pesquisa mostra como alguns serviços judiciários são coproduzidos e como esse processo poderia ser aprimorado tendo por base o papel de juízes e gestores.

Profa. Dra. Isabella Francisca Freitas Gouveia de Vasconcelos

Doctorat es Sciences de Gestion, HEC-Ecole des Hautes Etudes Commerciales, França (2000); Doutorado em Administração de Recursos Humanos, FGV EAESP (1997); Pós-Doutorado em Rutgers the New Jersey State University; Professora Adjunta da FGV EBAPE; Pesquisadora no CNAM – Conservatoire National D’Arts et Metiers, França. E-mail: isabella.vasconcelos@fgv.br

Prof. Dr. Hélio Arthur Reis Irigaray

Doutor e Mestre em Administração de Empresas pela FGV EAESP e PUC-Rio, respectivamente; Bacharel em Economia pela University of Northern Iowa, EUA; Professor adjunto da FGV EBAPE e do programa CIM – Corporate International Masters, da Georgetown University, Washington, EUA; Líder do tema Diversidade e Relações de Trabalho, na linha de Gestão de Trabalho (ANPAD). E-mail: helio.irigaray@fgv.br